

VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

GT 2 - Cultura, Interculturalidade, Educação Indígena e do Campo

EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS: RECONTANDO HISTÓRIAS E VALORIZANDO SABERES INDÍGENAS

Nelcicleia da Silva Tavares Honda¹ - UERR

cleia.honda@gmail.com

Roseli Bernardo Silva dos Santos²IFRR

roseli@ifrr.edu.br

Denisy Costa Pessoa³-UERR

denisypessoa25@gmail.com

RESUMO

A educação infantil constitui o primeiro espaço institucional em que as crianças constroem compreensões sobre si mesmas e sobre a sociedade a qual fazem parte. Dessa maneira, incluir a história e a cultura dos povos indígenas nas práticas pedagógicas é um ato educativo de resistência e reparação histórica. Este artigo analisa como o recontar das histórias indígenas na educação infantil pode contribuir para a desconstrução de estereótipos, o fortalecimento da diversidade cultural e o reconhecimento das identidades originárias. Fundamentado na Lei nº 11.645/2008, o estudo defende a necessidade de metodologias que valorizem a oralidade, a arte, a música e as narrativas coletivas como caminhos para uma prática educativa decolonial. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida em uma escola municipal de Boa Vista/RR, observando-se experiências pedagógicas que inseriram a temática indígena de modo lúdico e crítico no cotidiano das crianças. Os resultados indicam que a abordagem intercultural na infância amplia o respeito às diferenças, fomenta o senso de pertencimento e promove o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. Conclui-se que reafirmar as histórias indígenas desde a primeira infância é fundamental para uma educação libertadora, inclusiva e comprometida com a justiça cognitiva.

Palavras-chave: Educação Infantil. Povos Indígenas. Práticas Pedagógicas. Diversidade Cultural.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Roraima e professora de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino da SEED – Secretaria de Estado de Educação e Desporto. E-mail: cleia.honda@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Rio do Vale dos Sinos –Unisinos. É Professora Permanente do Programa de Pós- Graduação Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Roraima. E-mail: roseli@ifrr.edu.br

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Roraima e professora de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino da SEED – Secretaria de Estado de Educação e Desporto. E-mail: denisypessoa25@gmail.com

VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

INTRODUÇÃO

A educação infantil é o primeiro espaço de socialização e aprendizagem formal das crianças, onde se formam percepções sobre o eu, o outro e a sociedade. Nessa fase, trabalhar a temática indígena ultrapassa a dimensão curricular: trata-se de um compromisso ético com a valorização dos saberes e das memórias historicamente silenciadas. Recontar as histórias dos povos originários é reconfigurar narrativas, promover o respeito à diversidade e cultivar valores de solidariedade e empatia desde os primeiros anos escolares.

A Lei nº 11.645/2008 determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, buscando corrigir distorções e invisibilizações que marcaram a educação brasileira. No entanto, a efetivação dessa lei ainda enfrenta o desafio de superar práticas pontuais e folclorizadas, que reduzem as culturas indígenas a datas comemorativas ou símbolos descontextualizados. É necessário promover uma prática pedagógica contínua, que insira as crianças em experiências significativas com a oralidade, a arte, a literatura e as tradições indígenas.

Conforme Saitu et al. (2017), a educação infantil é espaço privilegiado para a construção de identidades abertas à diferença. Assim, trabalhar as histórias e culturas indígenas na infância contribui para combater preconceitos e reafirmar memórias coletivas, tornando o ambiente escolar um território de escuta, diálogo e transformação social. Inspirado por Freire (2018), compreende-se que educar é um ato político e libertador: um processo de reconstrução de vozes e saberes historicamente silenciados.

Este artigo tem como objetivo analisar de que modo as práticas pedagógicas na educação infantil podem contribuir para a valorização das histórias e culturas indígenas, promovendo o respeito à diversidade e o desenvolvimento de uma consciência crítica e decolonial nas crianças.

Nesse sentido, a presença da temática indígena na educação infantil deve ir além de datas comemorativas e abordagens superficiais. É necessário inserir práticas pedagógicas que contemplem a oralidade, a música, as artes, as tradições e os modos de vida dos povos indígenas, permitindo que os educandos conheçam a riqueza cultural desses povos de forma respeitosa e significativa. Dessa maneira, a escola se torna um espaço de construção de um olhar crítico, onde aprendem a valorizar a diversidade e a reconhecer o papel fundamental dos indígenas na formação da sociedade brasileira (Saitu *et al.*, 2017).



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Ao recontar essas histórias por meio de práticas pedagógicas na educação infantil contribuirá para que memórias silenciadas sejam resgatadas e fortalecidas, promovendo a construção de identidades mais conscientes e inclusivas. Esse processo não apenas combate preconceitos e estereótipos, mas também cria condições para que novas gerações compreendam a importância do respeito às diferenças e da preservação da memória coletiva. Assim, reafirmar as histórias indígenas desde os primeiros anos escolares é um ato pedagógico de resistência, valorização cultural e promoção da justiça social (Nascimento, 2024).

O artigo de Santos *et al.* (2023) evidencia que os processos de ensino nas comunidades indígenas ultrapassam o espaço escolar formal, estando diretamente relacionados à vida cotidiana, à coletividade e à oralidade. Essa concepção amplia a compreensão do papel da educação, mostrando que os saberes originários constituem formas legítimas de conhecimento, que devem ser valorizadas e reconhecidas pela escola não apenas como complemento, mas como parte essencial da formação integral dos educandos.

Nesse sentido, refletir sobre a presença dos saberes indígenas na educação infantil implica reconhecer que a aprendizagem não se limita ao acúmulo de informações, mas envolve experiências estéticas, espirituais e comunitárias. Como apontam Santos *et al.* (2023), a ação educativa voltada às culturas indígenas reafirma identidades, fortalece a memória coletiva e promove a interculturalidade. Essa perspectiva é fundamental para que a escola se constitua como espaço de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, contribuindo para a formação de sujeitos mais críticos e conscientes da diversidade.

Desse modo, a pergunta-problema que norteia este estudo é: de que forma o recontar da história dos povos indígenas na educação infantil pode contribuir para a valorização das memórias, a afirmação das identidades étnico-culturais e a desconstrução de estereótipos historicamente propagados? Tal questionamento emerge da necessidade de compreender a escola como espaço de diálogo intercultural e de transformação social.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar como a inserção de práticas pedagógicas voltadas à história e à cultura indígena, desenvolvidas na educação infantil, pode promover o reconhecimento e a valorização das identidades originárias, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, respeitosos e conscientes da diversidade étnico-racial presente no Brasil.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem qualitativa, por compreender que a realidade educacional se constitui de experiências, afetos e significados que não podem ser reduzidos a dados numéricos. A metodologia fundamenta-se na observação de práticas pedagógicas em uma escola municipal de Boa Vista/RR, nas quais a temática indígena foi incorporada por meio de atividades lúdicas, artísticas e narrativas orais.

O enfoque qualitativo também se justifica por possibilitar uma escuta sensível e atenta às vozes dos participantes, respeitando a subjetividade de cada relato e experiência. Nesse sentido, o estudo buscou privilegiar o contato direto com práticas que envolvem revitalizar a memória e a cultura indígena no espaço escolar, entendendo a educação como processo de construção coletiva e intercultural. Essa perspectiva permitiu reconhecer a escola não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como ambiente de transformação social e de valorização das identidades.

A coleta de informações foi realizada por meio da observação de práticas pedagógicas e da análise de atividades desenvolvidas em sala de aula, nas quais a cultura e a história dos povos indígenas foram trabalhadas de maneira lúdica e crítica. Foram considerados, ainda, registros escritos, recursos visuais e interações promovidas com os estudantes durante as ações realizadas. Esse processo possibilitou compreender de que forma a inserção das temáticas indígenas contribui para a formação crítica dos educandos e para a desconstrução de estereótipos historicamente propagados.

O referencial teórico adotado fundamenta-se em autores que discutem a importância da pesquisa qualitativa na educação, como Silva (2014), que destacam seu caráter sistemático, crítico e reflexivo. Para os autores, a pesquisa não se limita à coleta de dados, mas constitui um processo de descoberta de novos significados e interpretações, ampliando a compreensão dos fenômenos estudados. Essa visão alinha-se à concepção de educação como prática de liberdade, proposta por Freire (2018), em que a escuta e o respeito aos saberes invisibilizados se tornam elementos centrais do processo educativo.

Por fim, o desenvolvimento metodológico priorizou a construção de um diálogo intercultural, reconhecendo as crianças como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. A ênfase esteve em compreender como práticas pedagógicas que abordam a temática indígena podem gerar experiências significativas e transformadoras. Assim, a metodologia deste estudo



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

buscou unir rigor acadêmico e sensibilidade pedagógica, permitindo não apenas a análise das práticas escolares, mas também a valorização das memórias e da cultura dos povos originários como parte essencial da formação humana.

DISCUSSÃO

A reconstrução das narrativas indígenas na educação infantil é essencial para desconstruir as representações distorcidas reproduzidas historicamente nos currículos escolares. Por muito tempo, os povos indígenas foram apresentados apenas como figuras do passado, sem protagonismo e sem contribuição contínua à sociedade brasileira. A abordagem decolonial propõe romper com essa visão reducionista, reconhecendo as culturas originárias como fontes de conhecimento, arte e espiritualidade. Para Freire (2014), a educação deve agir como prática de liberdade e valorização das culturas invisibilizadas. Portanto, a escola deve agir como local de formação e transformação social e cultural, estereótipos impostos por gerações devem ser combatidos, e a pluralidade étnico-racial seja uma nova realidade.

A “Ação Saberes Indígenas na Escola”, destacada por Santos *et al.* (2023), revela a importância da formação continuada de professores indígenas e não indígenas, promovendo currículos que dialoguem com a realidade cultural e linguística das comunidades. Inserir essa experiência na educação infantil amplia a noção de que os processos educativos não devem estar restritos à sala de aula, mas sim se conectar com o cotidiano e os modos de vida tradicionais.

Dessa maneira, a presença dos anciãos, descrita no programa, é fundamental, pois eles são guardiões dos saberes imemoriais, transmitidos oralmente e vivenciados na prática comunitária. Essa valorização da memória oral pode ser incorporada às práticas da educação infantil, fortalecendo a perspectiva de que ensinar e aprender ultrapassa os muros da escola e se enraíza no convívio social e cultural (Santos *et al.*, 2023).

Historicamente a presença indígena foi trabalhada de forma pontual, pinturas sem um sinônimo adequado, cocares sem a simbologia necessária, visão do indígena como um ser distante e sem contribuições necessárias ao longo do tempo. Essa abordagem errônea não enaltece a diversidade de mais de 300 povos indígenas existentes em solo nacional. Portanto, desfabular e recontar na educação infantil de maneira sensível e verdadeira, a escola certamente marcará a vida de crianças que se tornarão seres respeitosos, críticos e orgulhosos de sua formação social.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

As atividades foram realizadas em sala de aula no ano de 2025. Para a realização de algumas atividades, alguns espaços foram ambientados com elementos que remetiam a cultura indígena, com o intuito de tornar as experiências mais significativas. Trabalhar escritores locais foi um grande atrativo, pois não somente valoriza os elementos ancestrais, mas há uma identificação com o autor.

Figura 1 – Conto: O jabuti e a onça- Maria Georgina dos Santos Pinho.



Fonte: Autora (2025).

Figura 2 – Presença de líder da comunidade indígena: Marlene Cadette



Fonte: Autora (2025).



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

A educação infantil, quando pensada sob a perspectiva da diversidade cultural, deve se constituir em um espaço privilegiado para questionar estereótipos e ressignificar práticas pedagógicas. Como apontam Saitu et al. (2017), as datas comemorativas muitas vezes reduzem a cultura indígena a representações folclorizadas e simplistas, distanciando a escola de um compromisso real com a pedagogia decolonial. Superar essas práticas implica construir currículos que deem visibilidade à pluralidade dos povos originários e reconheçam seus saberes como parte legítima da formação das crianças.

Para Freire (2018), a educação deve ser entendida como prática de liberdade, em que os sujeitos se reconhecem como construtores de sua própria história. Essa concepção é fundamental quando se trata de povos indígenas, pois por séculos suas narrativas foram silenciadas e substituídas por versões coloniais. A escola, ao adotar uma postura crítica, torna-se um espaço de emancipação, capaz de promover a valorização das identidades étnico-raciais desde a infância.

Silva e Silva (2020) destacam que a Lei nº 11.645/2008 representa um marco importante para a inserção da história e da cultura indígena nos currículos escolares. Entretanto, a efetivação dessa legislação depende da formação dos professores e da elaboração de propostas pedagógicas que articulem história, cultura e artes indígenas. Nesse sentido, a educação infantil tem papel estratégico, pois possibilita que os primeiros contatos com essas narrativas sejam feitos de forma sensível, lúdica e respeitosa.

A memória coletiva, segundo Zamboni e Bergamaschi (2009), deve ser compreendida como um campo de disputas, no qual as vozes subalternizadas precisam ganhar centralidade. Recontar a história dos povos indígenas na educação infantil significa restituir a esses povos o direito à palavra e ao reconhecimento, contrapondo-se à tradição historiográfica que os relegou à condição de figurantes.

A reflexão proposta por Santos *et al.* (2023) evidencia que, para os povos indígenas, todo espaço é espaço de aprendizagem. Ao incluir essa visão na educação infantil, rompe-se com a ideia limitada de que aprender ocorre apenas no ambiente escolar formal, permitindo aos educandos compreender que o conhecimento pode ser transmitido nas brincadeiras, no contato com a natureza, nas narrativas e nas relações comunitárias.

Outro aspecto destacado pelo artigo é a interculturalidade como eixo formador. A educação infantil, ao dialogar com a proposta da “Ação Saberes Indígenas na Escola”, deve



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

incorporar práticas que respeitem o multilinguismo, a diversidade de cosmovisões e os símbolos presentes nas culturas indígenas. Essa inserção contribui para que os educandos construam desde cedo uma percepção crítica e respeitosa sobre a pluralidade cultural brasileira (Santos *et al.*, 2023).

A pesquisa qualitativa, conforme Wilker Solidade da Silva (2014), permite captar nuances e significados que métodos quantitativos não alcançam. No contexto da educação infantil, isso significa atentar para as formas como os educandos se relacionam com os símbolos, narrativas e práticas culturais indígenas. Essa escuta sensível é essencial para construir propostas pedagógicas que não apenas ensinem, mas que transformem o olhar das novas gerações sobre a diversidade.

Nascimento (2024) contribui ao afirmar que as práticas pedagógicas devem ser compreendidas como fios narrativos que se entrelaçam em costuras coletivas, gerando novos sentidos no ambiente escolar. Nesse processo, o professor atua como mediador das memórias e como agente de articulação entre as vozes da comunidade indígena e o universo escolar. Tal perspectiva reforça a ideia de que o recontar das histórias indígenas é também um exercício de reconstrução coletiva.

Coimbra (2020), em sua pesquisa sobre os Pipipã de Kambixuru, demonstra que a valorização dos saberes tradicionais na escola fortalece a identidade étnica e o sentimento de pertencimento. Esse exemplo mostra que, quando a educação infantil abre espaço para a oralidade, para as histórias de vida e para os símbolos culturais, ela promove não apenas aprendizado, mas também reconhecimento social e cultural.

A contação de histórias, como apontam Sousa e Dalla Bernardino (2011), é uma das estratégias mais eficazes para trabalhar a diversidade cultural na educação infantil. Essa prática favorece o envolvimento emocional dos educandos, possibilitando que eles se identifiquem com personagens, situações e valores transmitidos pelas narrativas indígenas. Assim, o ato de contar histórias torna-se uma ferramenta pedagógica potente na desconstrução de estereótipos.

Louredo (2024) reforça que a contação de histórias deve ser planejada como experiência estética e pedagógica, capaz de despertar a imaginação e ampliar horizontes culturais. Nesse sentido, incluir contos indígenas no cotidiano escolar não significa apenas transmitir conteúdos, mas também vivenciar a cultura, promovendo respeito e empatia desde a infância.

Ferreira *et al.* (2023) acrescentam que a contação de histórias tem ainda o potencial de incentivar a leitura, desenvolvendo o gosto pelo conhecimento e pelo diálogo com diferentes



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

mundos culturais. Ao articular literatura infantil com narrativas indígenas, a escola contribui para formar leitores críticos, conscientes da diversidade de vozes que compõem a sociedade brasileira.

De acordo com Santos *et al.* (2023), a produção de materiais didáticos em línguas originárias foi um dos maiores ganhos do programa, pois reafirma a identidade cultural e valoriza os modos de expressão próprios. Trazer esse exemplo para a educação infantil é essencial, uma vez que materiais bilíngues ou produzidos com apoio de comunidades indígenas podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, promovendo maior autenticidade cultural.

A experiência também mostra que o ato educativo vai além da transmissão de conteúdos, constituindo-se como processo de resistência ancestral. Assim, incluir práticas da ação em atividades escolares possibilita aos educandos reconhecerem que aprender sobre os povos indígenas não é apenas um exercício histórico, mas uma vivência que envolve identidade, território, espiritualidade e coletividade (Santos *et al.*, 2023).

A valorização das culturas indígenas, no entanto, não pode se restringir a práticas isoladas. É preciso construir projetos pedagógicos contínuos, que perpassam todo o currículo da educação infantil. Como afirmam Saitu *et al.* (2017), apenas assim é possível enfrentar o currículo oculto que ainda privilegia visões eurocêntricas e que invisibiliza a contribuição dos povos originários.

Freire (2014) alerta que a superação de visões opressoras exige engajamento político e pedagógico. Isso implica reconhecer que a escola é, ao mesmo tempo, reprodutora de desigualdades e espaço de possibilidades. Cabe aos educadores escolherem entre perpetuar estigmas ou construir práticas decoloniais que emancipem e transformem a realidade.

Nesse processo, o protagonismo indígena é essencial. A presença de escritores, lideranças e representantes das comunidades no ambiente escolar, como destacado nas atividades realizadas, garante que a educação não seja apenas “sobre” os povos indígenas, mas também “com” eles. Essa diferença é fundamental, pois rompe com a lógica de tutela e afirma a centralidade das vozes originárias no processo educativo.

Além disso, o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos possibilita a construção de uma pedagogia intercultural. Walsh (2013) afirma que a interculturalidade crítica deve ser entendida como projeto político-pedagógico, voltado à descolonização do conhecimento e das práticas sociais. Na educação infantil, isso significa articular o brincar, a



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

oralidade e a memória como eixos estruturantes de um aprendizado mais justo e inclusivo.

Pensar a discussão sobre povos indígenas na educação infantil é pensar também em futuro. Como afirma Krenak (2019), é preciso adiar o fim do mundo, construindo formas de convivência baseadas no respeito à Terra e às diferenças culturais. A escola, nesse sentido, torna-se lugar de sementeira, onde novas gerações aprendem que diversidade é riqueza, e não ameaça.

A efetivação de uma pedagogia decolonial, como discutida por Walsh (2013), depende diretamente da construção de um espaço educativo que promova a horizontalidade dos saberes. Isso implica romper com hierarquias impostas historicamente, que privilegiam visões eurocêntricas e marginalizam os conhecimentos indígenas. No contexto da educação infantil, essa transformação requer metodologias que valorizem a oralidade, a memória coletiva e a interação comunitária, permitindo que as crianças aprendam a partir de múltiplas fontes culturais.

Nesse cenário, a formação docente ocupa papel central. Silva e Silva (2020) evidenciam que a aplicação da Lei nº 11.645/2008 ainda enfrenta entraves, sobretudo pela falta de capacitação específica de professores. É fundamental que a formação inicial e continuada inclua discussões sobre diversidade cultural, pedagogia decolonial e metodologias ativas, de forma a preparar educadores para conduzir práticas significativas que valorizem as histórias e culturas indígenas no ambiente escolar.

Outro aspecto essencial é a contação de histórias, que, segundo Sousa e Dalla Bernardino (2011), constitui uma ferramenta potente para sensibilizar educandos e combater estereótipos. Quando mediada de forma crítica, essa prática possibilita que os estudantes se envolvam emocionalmente com as narrativas indígenas, desenvolvendo empatia e compreensão sobre modos de vida diversos. Ao mesmo tempo, a literatura indígena contemporânea, produzida por autores originários, deve ocupar espaço de destaque nos currículos, fortalecendo o protagonismo e a autoria dos povos indígenas.

De acordo com Coimbra (2020), o fortalecimento das identidades étnicas ocorre quando a escola reconhece e valoriza os saberes tradicionais como parte legítima do processo educativo. Essa perspectiva evidencia que a educação infantil não deve apenas transmitir informações, mas também promover experiências estéticas, afetivas e sociais que ressignifiquem a relação das crianças com a diversidade cultural. Assim, o espaço escolar se converte em território fértil para a construção de pertencimento e reconhecimento



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

mútuo.

Freire (2014; 2018) ressalta que a educação deve ser uma prática de liberdade, orientada para a superação das opressões históricas. Aplicado ao contexto indígena, isso significa criar condições para que as vozes silenciadas sejam ouvidas e respeitadas, construindo um ambiente de transformação social. Cabe à escola assumir sua função de resistência, enfrentando preconceitos enraizados e estimulando a formação de sujeitos críticos, conscientes de que a pluralidade cultural constitui um valor inegociável para a sociedade.

Krenak (2019) nos lembra da urgência de “adiar o fim do mundo”, defendendo práticas educativas que cultivem novas formas de convivência entre culturas e com a natureza. Nesse horizonte, a educação infantil deve ser vista como espaço de sementeira, onde o respeito às diferenças, o cuidado com o outro e a valorização da memória coletiva são cultivados desde cedo. Dessa maneira, os educandos aprendem que diversidade é riqueza, construindo, já na primeira infância, os alicerces de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Santos *et al.* (2023) ressaltam que as políticas públicas, mesmo quando interrompidas, deixaram um legado importante para as comunidades indígenas, principalmente no fortalecimento de seus processos educativos próprios. Trazer essa reflexão para a educação infantil implica compreender que o ensino das culturas indígenas não deve ser episódico, mas contínuo e integrado ao currículo, como forma de resistência e afirmação identitária.

Por fim, a partir da perspectiva Santos *et al.* (2023), a educação infantil pode ser compreendida como espaço de sementeira, onde a criança aprende que a diversidade cultural é riqueza e que a memória coletiva é fonte de conhecimento. Essa abordagem, alinhada ao pensamento de Krenak (2019) e Freire (1996), permite formar sujeitos críticos, capazes de respeitar e valorizar a pluralidade cultural desde a primeira infância.

CONCLUSÃO

A educação infantil é o primeiro espaço institucional em que as crianças constroem suas percepções sobre si mesmas, sobre o outro e sobre o mundo que as cerca. Nesse ambiente, são estabelecidos os primeiros contatos com narrativas históricas e culturais, que moldam identidades e influenciam o modo como diferentes povos e comunidades são reconhecidos socialmente. Assim, trabalhar a temática indígena na infância é fundamental para promover o respeito à diversidade e combater visões distorcidas que foram reproduzidas por séculos na sociedade brasileira.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Durante muito tempo, a presença indígena nos currículos escolares foi apresentada de forma superficial, restrita a datas comemorativas e a representações folclorizadas, como pinturas corporais sem significado e cocares desvinculados de sua simbologia original. Essa abordagem reducionista contribuiu para cristalizar estereótipos e invisibilizar a riqueza cultural dos mais de 300 povos indígenas que vivem no território nacional. Nesse cenário, torna-se urgente recontar a história indígena a partir de uma perspectiva crítica e inclusiva.

A aprovação da Lei nº 11.645/2008 representa um marco na tentativa de superar tais lacunas, ao tornar obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis da educação básica. Essa medida não apenas garante o direito ao reconhecimento, mas também busca reparar uma dívida histórica com povos que foram silenciados e marginalizados no processo de construção do Brasil. No entanto, sua efetiva implementação ainda enfrenta desafios, entre eles a falta de formação específica dos docentes e a resistência de currículos que permanecem ancorados em visões eurocêntricas.

Nesse sentido, a educação infantil se apresenta como um espaço estratégico, pois é nesse período que as crianças desenvolvem valores e referências que irão acompanhá-las ao longo da vida. Ao inserir práticas pedagógicas que valorizem a oralidade, a memória coletiva e a diversidade cultural, a escola contribui para a construção de uma consciência crítica desde cedo. Trata-se, portanto, de reconhecer o educando como sujeito ativo e capaz de dialogar com diferentes saberes e culturas.

A valorização da história e da cultura indígena na infância também promove a justiça cognitiva, conceito defendido por autores que apontam a necessidade de descentralizar o conhecimento e reconhecer as vozes historicamente silenciadas. Ao dar visibilidade às narrativas indígenas, a escola contribui não apenas para a preservação da memória coletiva, mas também para a formação de cidadãos mais conscientes, respeitosos e comprometidos com a construção de uma sociedade plural.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar como a inserção de práticas pedagógicas voltadas à história e à cultura indígena na educação infantil pode promover a valorização das memórias, o reconhecimento das identidades étnico-culturais e a desconstrução de estereótipos. A pesquisa se fundamenta na perspectiva de que a escola deve ser compreendida como espaço de transformação social, em que os povos originários são reconhecidos como protagonistas da história e da cultura brasileira.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei. 11.645 de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade na rede de ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: Site:<https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acessado em 19 /02/2025.

COIMBRA, Ana Carolina Gomes. **Educação Escolar Indígena e Saberes Tradicionais: Identidade e Reconhecimento Étnico nas Histórias de Vida da Comunidade Pipipã de Kambixuru, Floresta, Pernambuco**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior (Portugal).

FERREIRA, Mirian Karina Brito et al. A contação de história e o incentivo à leitura na Educação Infantil. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Editora Paz e Terra, 2018.

LOUREDO, Adriana Barbosa. **CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2024.

NASCIMENTO, Leandro Gileno Militão. **Entre Fios Narrativos, Retalhos e Costuras Coletivas: Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas de Professoras Gestoras Nos Enredamentos da Diversidade na Escola**. 2024. Tese de Doutorado. Universidade do Estado da Bahia (Brazil).

SAITU, Cecília de Campos et al. Datas comemorativas e o currículo da educação infantil: Reflexões sobre pedagogias decolonizadoras e relações étnico-raciais. 2017.

SANTOS, Roseli Bernardo Silva dos; XAVIER, Marlison Brito; SANTOS, Ayala Bernardo Silva dos. Saberes indígenas, significados e modos de vida: uma reflexão dos processos educativos. **Revista Pontes**, Paranaíba, v. 21, p. 97-105, 2023. ISSN 1808-6462.

SILVA, Edson; DA SILVA, Maria da Penha. A Lei nº 11.645/2008 e os necessários diálogos entre história, culturas e artes indígenas na educação infantil. **Cadernos do Aplicação**, v. 33, n. 2, 2020.

SILVA, Wilker Solidade da. A pesquisa qualitativa em educação. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 2, n. 3, p. 97-105, 2014.

SOUSA, Linete Oliveira de; DALLA BERNARDINO, Andreza. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. **Educere et Educare**, v. 6, n. 12, 2011.

ZAMBONI, Ernesta; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de história: memória e educação. In: **CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL-COLE**. 2009. p. 20-24.

